



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ-PE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N°**  
**\_\_\_071\_\_\_/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE**  
**UM LADO O MUNICÍPIO DE GRAVATÁ POR**  
**INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE**  
**GRAVATÁ E, DO OUTRO, MÉRCIA CRISTINA**  
**PEDROSA REIS, NA FORMA ABAIXO.**

Pelo presente instrumento particular, são partes, a **SECRETARIA DE SAÚDE DE GRAVATÁ-PE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.710.822/0001-10, com sede na Rua Izaltino Poggi, 33, Centro, Gravatá-PE, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. **AGLAINE DE FÁTIMA VILAR DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, Administradora, inscrito no CPF nº. 049.324.404-21, RG nº. 6589322 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Vicente Soares da Silva nº 242 bairro Jardim Nova Suíça, nesta cidade de Gravatá/PE, neste ato assistido pelo Assessor Jurídico do Município de Gravatá, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, **MÉRCIA CRISTINA PEDROSA REIS**, portadora da cédula de identidade nº 2.669.815 SDS/PE, inscrita no CPF/MF nº 400.413874-49, residente à Rua Dr. Regis Velho, nº 172, Alto do Cruzeiro, Gravatá-PE, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, de acordo com o art. 24, X, da Lei nº 8.666/1993, Processo Administrativo nº 091/2014 e Dispensa nº 021/2014 em conforme cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, DESTINADO AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, LOCALIZADO NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 121, CENTRO, GRAVATÁ-PE.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E PAGAMENTO:**

- I- Fica ajustado que o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, o valor global de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo em 02 (duas) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- II- Conforme estabelece o Decreto Federal nº 7.507, de 27 de junho de 2011, os pagamentos a Fornecedores de Bens e Serviços efetuados com recursos financeiros transferidos por órgão e entidade da administração Pública Federal, de que trata os incisos I e II do referido Decreto. O crédito se dará exclusivamente por meio eletrônico mediante crédito em conta do Fornecedor, diante do exposto, solicito informar a esta Secretaria os seguintes dados: Instituição Financeira, Agência; Conta Corrente.
- III- Nenhum pagamento será efetuado à contratante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços (quando for o caso).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES:**



- I - O valor locativo será reajustado anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM/FGV ou, se extinto, pelo índice que o substituir;
- II- O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante a celebração de TERMO ADITIVO, sendo lícita à inclusão de novas cláusulas e condições desde que não seja modificado objeto do presente instrumento, e observada a limitação legal;
- III - Ocorrendo a celebração de TERMO ADITIVO, este passará a fazer parte deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

**ÓRGÃO: 02.00 PODER EXECUTIVO**

**UNIDADE: 02.11 SECRETARIA DE SAÚDE**

**ATIVIDADE: 1012200212.228 – GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE**

**DESPESA: 33903600 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA**

**FONTE DE RECURSO: 18 – IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DA SAÚDE**

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES:**

- I- Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato:
  - a) Disponibilizar o imóvel em perfeitas condições estruturais e físicas, com todas as taxas e impostos pagos, no dia da assinatura do contrato;
  - b) Responsabilizar-se por qualquer dano estrutural ocorrido antes da assinatura do contrato;
  - c) Prestar sempre que solicitado, informações acerca do imóvel objeto do contrato;
  - d) Não ceder, no todo ou em parte, às suas obrigações contratuais;
  - e) Não ceder, no todo ou em parte, às suas obrigações contratuais;
  - f) Manter durante a vigência deste contrato as mesmas condições de habilitação exigidas na aquisição do imóvel;
- II- Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas nesse contrato:
  - a ) Acompanhar e fiscalizar o exato cumprimento do objeto expresso neste instrumento jurídico e a boa execução dos serviços através da Secretaria de Saúde, bem como aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais e legalmente previstas, comunicando ao CONTRATADO as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.
  - b) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, conforme o disposto na Cláusula Quarta deste instrumento de contrato;
  - c) Notificar o CONTRATADO prescrito, sempre que ocorrer qualquer irregularidade na execução deste contrato;
  - d) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários e pertinentes à execução do serviço que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
  - e) Ao fim do prazo contratual entregar o imóvel nas mesmas condições que o recebeu, em perfeitas condições estruturais e físicas;
  - f) Não locar ou sublocar o imóvel objeto deste contrato;
  - h) Não realizar benfeitorias ou alterações estruturais, salvo em acordo expresso e formal junto ao LOCADOR;
  - g) Durante o período de vigência do presente contrato, o LOCATÁRIO será totalmente responsável pela guarda e manutenção do imóvel.



## **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO**

O presente contrato vigorará da data de 01 de Novembro de 2014, até o dia 31 de Dezembro de 2014.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado para cumprimento do objeto deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, sendo aplicadas as seguintes cominações, cumulativamente ou não, tudo respaldado na Lei nº 8.666/93:

I- Advertência

II- Multa nos seguintes termos:

a) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, sem manifestação do CONTRATADO. Neste caso estará caracterizada a recusa, dando causa ao cancelamento da nota de empenho; e

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As multas previstas neste inciso serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas tratadas neste inciso serão descontadas do pagamento eventualmente devido, pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A multa prevista na alínea “a”, deste inciso, indicará ainda nos casos em que o CONTRATADO, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.

III- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

a) Declarar-se-á inidônea o CONTRATADO que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O presente contrato obriga as partes CONTRATANTES a cumprir cláusulas constantes no presente instrumento contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

I- Poderá o Município de Gravata a qualquer tempo, se o interesse público assim indicar, rescindir o presente instrumento sem que se caiba ao CONTRATADO qualquer valor financeiro adiantado a título de pagamento;

II- A rescisão do Contrato poderá ainda ser determinada por ato unilateral e escrito do Prefeito desse Município, nos casos enumerados nos incisos e parágrafos dos arts. 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; ou por ato bilateral das partes, desde que, a parte interessada em romper o ajuste avise a outra por escrito, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.



PARÁGRAFO ÚNICO – Será motivo de automática rescisão deste instrumento, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou imposição legal que o torne impraticável, independente de notificação judicial e extrajudicial.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Gravatá, para dirimir as questões eventualmente oriundas do presente negócio jurídico.

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Gravatá, 01 de Novembro de 2014.

---

**AGLAINE DE FÁTIMA VILAR DE OLIVEIRA**  
Secretária de Saúde

---

**Procuradoria Municipal**

---

**MÉRCIA CRISTINA PEDROSA REIS**  
Contratado

#### **Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF nº:

2. \_\_\_\_\_  
CPF nº